

PROJECTO FUNDADOR

Novembro de 2008

SUMÁRIO:

1 INTRODUÇÃO

- 1.1 Ponto de Partida
- 1.2 Identidade
- 1.3 Situação actual da incapacidade em Portugal
- 1.4 Os grandes problemas que se colocam às “famílias especiais”
- 1.5 Calendarização do movimento.

2 O PROJECTO

- 2.1. Nome e Marca
- 2.2. Princípios
- 2.3. Objectivos
- 2.4. Associados e corpos sociais
- 2.5. Dinâmica interactiva do movimento
 - 2.5.1 Criação da rede nacional
 - 2.5.2 Mandatários
 - 2.5.3 Diagnóstico de situação
 - 2.5.4 Divulgação
- 2.6 Discussão e promoção de soluções
 - 2.6.1 Interacção com estruturas existentes
 - 2.6.2 Optimização de recursos e propostas de novos modelos

3 PARCERIAS

- 3.1 Associações de pais, IPSS de reabilitação
- 3.2 Universidades e entidades de investigação
- 3.2 Empresas

4 MODELO DE FUNCIONAMENTO

- 4.1. Organograma
 - 4.1.1 Órgãos Sociais
- 4.2. Fluxograma

5 INFRA-ESTRUTURAS E RECURSOS HUMANOS

6 ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO

7 COMUNICAÇÃO E IMAGEM

- 7.1. Objectivos e estratégia de comunicação
- 7.2. Plano de comunicação

1. INTRODUÇÃO

1.1– PONTO DE PARTIDA

As famílias onde surge um/a filho/a com deficiência não estão preparadas para desempenhar o difícil papel de o/a educar e apoiar na construção de um projecto de vida. São “**famílias especiais**”

Ao choque inicial segue-se um processo que se vai agravando com o tempo porque não existem apoios, e os que existem funcionam de modo desagregado. Aos sentimentos de revolta e culpa vêm juntar-se a solidão e a impotência. A pessoa diferente e as suas necessidades é vista como um fardo para a sociedade. Criança, adolescente, adulto, onde está o seu lugar na escola, no lazer, no trabalho? A família fecha-se, esconde-se, sentindo uma discriminação efectiva.

A esmagadora maioria da sociedade ignora estes problemas e, quando os contacta, desvia o olhar. Criam-se vazios sugadores da diferença. A legislação não é interiorizada e os direitos dos membros mais frágeis são ignorados.

A pessoa com uma incapacidade física, intelectual, sensorial, passa, por isso, a sofrer de limitações sociais que vêm agravar a situação de base, já de si penalizadora.

Existe um elevado número de associações, públicas e privadas, que disponibilizam serviços nesta área, desenvolvendo apoios à pessoa com incapacidade. Mas são apoios pontuais que ignoram as famílias, contribuindo pouco para a alteração das mentalidades e a integração da diferença.

É óbvio que a iniciativa tem de partir daqueles que vivem os problemas e só unindo-se poderão criar a mudança. **Sem a participação efectiva dos pais é impossível progredir de uma forma sistemática e eficiente, tal como é impossível integrar de forma plena.**

1.2 - IDENTIDADE

PAIS-EM-REDE é um **movimento cívico, de âmbito nacional**, composto por “famílias especiais” e por cidadãos solidários, cuja função é constituir-se em **parceiro social**, capaz de unir vozes para comunicar, discutir, organizar e propor soluções, e, em consequência, mudar as mentalidades, na mira de uma progressiva qualidade de vida das pessoas com incapacidades e das suas famílias.

PAIS-EM-REDE não pretende substituir-se ou sobrepor-se a nenhuma associação, não é prestadora de serviços, na acepção material do termo, mas visa **congregar esforços**, criando

uma rede de cidadãos responsáveis, organizados em núcleos distritais, sem conotações partidárias, confessionais ou ideológicas.

1.3 - SITUAÇÃO DA INCAPACIDADE EM PORTUGAL

Com base nos dados dos Censos de 2001, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, estima-se que 6,1% da população tenha alguma incapacidade ou limitação, assim discriminada:

- 3,9% Incapacidades sensoriais;
- 0,7 % Incapacidades intelectuais;
- 0,1% Paralisias cerebrais;
- 1,4% Outro tipo de incapacidades.

A conhecida taxa de erro destes dados permite concluir que a percentagem de população com deficiência **é muito superior, sobretudo na área das incapacidades intelectuais, onde as patologias se mostram, muitas vezes, pouco evidentes e de difícil diagnóstico.**

Por outro lado, a abordagem quantitativa não permite, por si só, compreender o fenómeno da incapacidade e todas as implicações daí decorrentes.

A necessidade de definir uma estratégia de promoção da qualidade de vida dos cidadãos com incapacidade exige o diagnóstico rigoroso e actualizado da situação, tarefa que o movimento **“Pais-em-Rede”** se propõe dinamizar através do trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias com associações de pais, instituições com responsabilidade nesta área e universidades.

1.4 OS GRANDES PROBLEMAS QUE SE COLOCAM ÀS FAMÍLIAS ESPECIAIS

Ao longo das últimas décadas tem-se assistido em Portugal a uma evolução positiva no sentido de criar um enquadramento legal centrado na pessoa com incapacidade. Tais medidas referem-se ao desenvolvimento, cuidados, acompanhamento, empregabilidade e futuro da pessoa com incapacidade.

Contudo, é necessário avaliar a sua eficácia e alcance, tendo como base as evidências:

- inadequação ou insuficiência das respostas,
- dificuldades sentidas no dia-a-dia,
- ignorância e desalento que imperam.

Tais evidências passam necessariamente por uma reflexão profunda, não só sobre a legislação e serviços existentes mas também sobre a criação de canais interactivos que integrem as vozes das pessoas com incapacidade e suas famílias, os técnicos, os profissionais e os decisores políticos.

Existem sete grandes áreas onde é necessário fazer essa reflexão e modular a prestação de apoios e cuidados:

1º Choque inicial e fases seguintes à notícia sobre a deficiência do/a filho/a.

É indiscutível que, quer ocorra antes do parto quer no pós-parto, a notícia é devastadora. Não afecta apenas os pais mas todo o núcleo familiar. Aqui, a ajuda é essencial, não apenas para o bem-estar de cada um dos seus membros, mas sobretudo para a criança com incapacidade, porque a família é o enquadramento existencial de base, o socializador primário.

Os pais e outros familiares passam por sentimentos de:

- a) Ansiedade face à falta de diagnóstico, de respostas, apoios, situação financeira etc.
- b) Vergonha
- c) Culpa
- d) Incerteza
- e) Isolamento
- f) Angústia e revolta
- g)

O modo e o tempo em que cada família supera ou aprende a lidar com estes sentimentos irá influenciar directamente o desenvolvimento da criança, assim como a própria família.

2º Ausência de processos contínuos de intervenção precoce, capazes de desenvolver ao máximo os potenciais da criança. Os pais não sabem o que fazer, como fazer, e devem ser orientados para uma colaboração conjunta com a equipa técnica.

Em Portugal, reconhece-se há muito a importância de uma “Intervenção Precoce” oportuna capaz de prevenir as dificuldades e otimizar as capacidades das crianças com deficiência ou com risco de atraso grave de desenvolvimento biopsicossocial.

A Convenção das Nações Unidas (2007) dispõe que todas as crianças portadoras de incapacidade têm o direito de receber os apoios necessários para atingir o desenvolvimento no seu potencial máximo. A intervenção precoce não deve apenas centrar-se na criança em risco ou com atraso de desenvolvimento, mas também na sua família.

3º Falta de orientação e gestão dos cuidados de saúde, capazes de anular a pulverização dos serviços.

O direito aos cuidados médicos está garantido nas normas em vigor, mas, na prática, quantas vezes não são respeitados nem promovidos, mostrando-se inadequados às necessidades

particulares. Às famílias especiais e à pessoa com incapacidade coloca-se o grande desafio de ter que lidar com a desconexão dos serviços de saúde

4º Educação da criança e adolescente, no sentido de adquirir as competências e conteúdos básicos, e interiorizar os padrões sociais, necessários à construção da sua cidadania.

Quer seja segundo o modelo da escola inclusiva, quer segundo o do ensino especial, o panorama apresenta-se negativo. Não existem estruturas nem técnicos nem espaços nem modelos pedagógicos suficientes. Não se efectuam avaliações sérias e abrangentes que fundamentem projectos pedagógicos individualizados, capazes de facultar o desenvolvimento pleno da pessoa. Não se estabelece o trabalho de equipa com as famílias.

5º Formação e integração profissionais, que apontam para a necessidade de estruturas eficientes, capazes de assegurar um trabalho à medida das condições de cada um.

Os movimentos cívicos têm lutado pelo reconhecimento das pessoas com incapacidade como cidadão com plenos direitos e deveres. Mas a competitividade e os critérios de rentabilidade financeira impedem a solidariedade social, não concedendo espaço aos que apresentam limitações.

Não basta legislar: a complexidade das questões que se colocam à integração e formação profissional das pessoas com incapacidade exige uma união dos esforços e dos recursos, numa acção concertada, assim como a valorização das redes de suporte social existentes, e o estabelecimento de incentivos e parcerias.

6º Como viver em cidades e frequentar espaços cheios de barreiras arquitectónicas que não permitem o livre acesso de pessoas com limitações motoras?

Enquanto não se adoptarem medidas que obriguem a respeitar as normas em vigor, quer nos edifícios públicos, quer nos privados, antigos ou modernos, não será possível resolver os graves problemas daqui decorrentes.

Por outro lado, existem graves carências no campo das ajudas técnicas/equipamentos, decorrentes das escassas dotações orçamentais, dos pesados procedimentos, da má gestão dos recursos e da desinformação existente.

7º O que acontece ao nosso/a filho/a quando morrermos? Ou quando ficarmos incapacitados? Assegurar a autonomia do/a filho/a é um sonho irrealizável para muitas famílias. Mas deve ser um processo de autonomização progressiva que se desenvolve ao longo da vida.

Apesar de genericamente as pessoas com incapacidade terem, em larga maioria, uma sobrevida inferior à média, facto é que, com o avanço das técnicas médicas, actualmente tende-se para um aumento significativo da sua esperança de vida.

É fundamental implementar uma política que crie opções continuadas de qualidade para um futuro onde os cuidadores naturais não possam continuar a prestar apoio.

1.4 – CALENDARIZAÇÃO DO PROJECTO

O Projecto desenvolve-se em 3 fases fundamentais:

<p>1ª Fase</p> <p>Fundação do movimento</p> <p>Dezembro de 2008 a Setembro de 2009</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do projecto - Criação da marca e produção material de divulgação que incluirá um SITE - Angariação de sócios e de parceiros - Criação de uma rede de voluntariado e procedimentação de tarefas
<p>2ª Fase</p> <p>Desenvolvimento</p> <p>A partir de Outubro de 2009</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação e organização de núcleos distritais e do trabalho em rede - Fortalecimento da identidade PER - Sistematização das estruturas de voluntariado e do trabalho de equipa - Apresentação do movimento às entidades competentes. - Construção de uma plataforma de comunicação, para a gestão e interacção dos membros e das actividades (portal) - Discussão de problemas, estabelecimento de parcerias, etc. - Iniciação do processo de construção do diagnóstico de situação
<p>3ª Fase</p> <p>Constituição em IPSS</p> <p>A partir de Janeiro de 2010.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Obtenção do estatuto de ONG - Criação de uma lista de mandatários - Apresentação oficial do movimento - Lançamento de campanhas na comunicação social

2. O PROJECTO

2.1 NOME E MARCA

O nome “**PAIS-EM-REDE**” expressa o espírito comunitário do movimento que se pretende uma rede solidária de “famílias especiais” e de cidadãos conscientes das necessidades inerentes à “pessoa com incapacidade” como um problema de todos.

A marca, criada pela Young&Rubican, nesta linha identitária, apresenta um logótipo esquematizado de figuras em contacto que contém a mensagem da conciliação de esforços e o trabalho de equipa.

Esta é a essência do movimento. O esforço de cada um, unido em rede. Para que a rede seja forte e eficaz, cada malha é necessária e imprescindível.

2.2 PRINCÍPIOS

Pais-em-Rede rege-se pelos seguintes princípios:

- 1 Todas as pessoas gozam de iguais direitos consagrados na “Declaração dos Direitos Humanos”.
- 2 Todas as pessoas portadoras de qualquer limitação de carácter físico, sensorial e/ou intelectual devem beneficiar dos apoios necessários à satisfação desses direitos.
- 3 Todas as famílias, a quem cabe a educação e responsabilidade da “pessoa excepcional”, têm direito às ajudas necessárias ao desempenho do seu papel de cuidadores, incluindo formação específica.
- 4 A união e interacção das “famílias especiais” têm como objectivo a satisfação plena das carências decorrentes do seu estatuto.
- 5 A necessária mudança das mentalidades, a nível sociocultural, relativa a esta problemática só é possível se houver primeiro uma transformação das mentalidades das “famílias especiais”.
- 6 A paridade, a solidariedade, a transparência, a honestidade, a persistência e o pragmatismo são os principais valores que orientam a nossa acção.
- 7 Qualquer medida ou acção deve ser tomada a partir de um “diagnóstico de situação” rigoroso e realista.
- 8 A interacção com todas as entidades públicas e privadas, respeitadoras destes princípios, é essencial na prossecução dos nossos objectivos.

9 O espírito democrático de respeito pela singularidade de cada pessoa ou de cada situação exprime-se na horizontalidade funcional – não existem donos e o poder é a potência em marcha.

Todos os cidadãos que aceitem estes princípios serão bem-vindos ao nosso movimento.

2.3 OBJECTIVOS

Pais-em-Rede orienta-se pelos seguintes objectivos:

1. Constituir-se num movimento nacional de grande representatividade cívica, com um **estatuto de ONG**.
2. Lutar pela **qualidade de vida** das “pessoas excepcionais” e suas famílias.
3. Fomentar a criação de escolas de pais para aquisição de competências parentais
4. Trabalhar em **equipa** e por estratégias conjuntamente planificadas.
5. Elaborar **diagnósticos de situação**, realistas e rigorosos.
6. Fomentar a **intercomunicação das “famílias especiais”**, construindo a consciência do “nós” para resolver os problemas do “eu”.
7. Impulsionar a **união de esforços** de todas as associações que trabalham nesta área, promovendo a **análise e reflexão**
8. Procurar a optimização **dos recursos existentes** e a criação novas valências.
9. Envolver as **forças vivas da sociedade**, universidades, empresas, comunicação social, profissionais, neste movimento e nos seus objectivos.
10. Potenciar a **mudança das mentalidades** relativa ao envolvimento cívico de todos na realização plena das “pessoas excepcionais”.

2.4 – ASSOCIADOS E CORPOS ASSOCIATIVOS

Pode fazer parte de **Pais-em-Rede** qualquer pessoa singular ou colectiva, com interesse na prossecução do objecto deste movimento, mediante proposta subscrita para o efeito. Através de campanhas eficientes pretende-se congregar um número fortemente representativo de sócios empenhados.

Conforme os estatutos, não existe obrigatoriedade de quotas, podendo haver contribuições únicas ou periódicas.

Haverá 3 tipos de sócios:

Sócios Efectivos	Familiares e Amigos
Sócios Beneméritos	Pessoas singulares e colectivas que, através do seu contributo, ajudem a viabilizar o projecto
Sócios Honorários	Pessoas singulares e colectivas que, tendo prestado serviços relevantes ao movimento, como tal sejam qualificados pela Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.

Os Corpos Associativos de **Pais-em-Rede**, tal como está disposto nos estatutos do movimento, serão compostos por:

Mesa da assembleia-geral	Constituída por 3 elementos (presidente, secretário e vogal)
Direcção Nacional	Constituída por 5 membros (presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e vogal)
Conselho Fiscal	Constituído por 3 elementos
Conselho de Delegados Distritais	Funções consultivas

Os corpos associativos serão eleitos por períodos trienais, em assembleia-geral convocada para o efeito, e mediante apresentação de listas com o respectivo programa.

2.5. DINÂMICA INTERACTIVA DO MOVIMENTO

A essência deste movimento exprime-se pelo seu cariz dinâmico, num fluxo constante de diálogo entre as pessoas que o compõem e os que, de um modo ou de outro, intervêm no processo.

É necessário despertar em cada um a consciência de que é imprescindível no movimento e que este só terá sucesso com a união de muitas atitudes solidárias. Para tal, há que investir na

concepção de tarefas e procedimentos claros, que orientem os voluntários no trabalho de equipa.

O estatuto de ONG, que se pretende obter, permitirá uma maior abrangência do movimento.

2.5.1 CRIAÇÃO DA REDE NACIONAL

Pais-em-Rede constitui-se num movimento cívico com projecção nacional, organizando-se em 20 NÚCLEOS, 18 nos distritos metropolitanos e 2 nos grupos insulares dos Açores e da Madeira.

Cada um destes núcleos terá uma estrutura própria, constituída por uma direcção distrital e por uma assembleia que integra os respectivos sócios que serão agrupados em subnúcleos concelhios. O objectivo de, por um lado, haver autonomia, e por outro, haver união, é dar corpo a uma rede coesa, capaz de valorizar as diferenças de situações e de sensibilidades e de angariar associados que cubram todo o país. O levantamento de testemunhos de vida, de carências, de recursos, e a discussão/propostas de soluções serão feitos localmente, e em conjunto com a direcção nacional, através do conselho de delegados distritais (ou outros devidamente credenciados). Assim, poder-se-ão construir visões de conjunto, e uma representatividade, que será tanto mais eficaz e influente quanto maiores forem a sua abrangência e extensão.

As famílias especiais são os pilares que sustentam o movimento, **trabalhando por dentro, e interagindo com o exterior.**

2.5.2 MANDATÁRIOS

Quando os núcleos já estiverem formalmente constituídos, serão abordados 10 grupos de 5 figuras proeminentes nas respectivas áreas, a saber:

5 Figuras públicas de relevo	5 Banqueiros
5 Pais excepcionais	5 Empresários
5 Figuras exemplares ligadas à incapacidade	5 Médicos
5 Políticos	5 Intelectuais
5 Artistas	5 figuras da comunicação social

Estes mandatários, assinantes do “Manifesto” de **Pais-em-Rede**, darão ao projecto um suporte mediático que reforça a sua credibilidade.

2.5.3 DIAGNÓSTICO

A importância de um “diagnóstico de situação” foi já amplamente referida. Não há soluções possíveis sem um bom conhecimento de terreno e dos problemas reais que subsistem, assim como dos recursos oferecidos, legislação existente, etc.

Porque se considera impossível trabalhar sem uma base diagnóstica, adoptar-se-á, no início, as informações disponíveis, procurando-se aperfeiçoá-las à medida que se vão recolhendo dados através dos sócios. Uma das actividades presentes desde logo é a realização de levantamentos sistemáticos de problemas.

O “diagnóstico de situação”, um dos grandes objectivos de **Pais-em-Rede**, será realizado a longo prazo, mantendo-se em actualização permanente.

Pretende-se estabelecer contacto com universidades e centros de investigação para que promovam trabalhos neste âmbito de modo a assegurar um rigor científico necessário à credibilidade de um diagnóstico.

Também serão colhidos testemunhos directos junto de pessoas e familiares para que, além de uma abordagem quantitativa, se efectue, em paralelo, uma abordagem qualitativa.

O diagnóstico será o campo a partir do qual se poderá reflectir e promover debates no sentido de chegar a soluções adequadas e oportunas.

2.5.4 DIVULGAÇÃO

A partir da criação e disponibilização do “SITE”, assim como de material de apoio (desenvolvido pela Young&Rubican), iniciar-se-á o processo de divulgação inerente ao projecto de **Pais-em-Rede**.

Pretende-se mais tarde criar uma plataforma de comunicação mais sofisticada que será a coluna vertebral do PER.

A visualização da informação, constantemente actualizada, é o processo necessário para intervenções adequadas e eficientes. Facilita também a participação efectiva das pessoas, ajudando-as a quebrar o seu isolamento, a compreenderem que não são únicas e devem cooperar com os seus pares.

2.6 DISCUSSÃO E PROMOÇÃO DE SOLUÇÕES

A análise e reflexão dos problemas existentes serão realizadas através da discussão alargada ao maior número possível de sócios e às entidades sociais envolvidas, assim como a todas as forças vivas da sociedade, de alguma forma interessadas.

2.6.1 – INTERACÇÃO COM ESTRUTURAS EXISTENTES

Procuraremos hierarquizar os contactos, partindo de círculos mais restritos, como as associações de pais, as equipas técnicas multidisciplinares de intervenção, etc., de modo otimizar as discussões tornando-as eficientes, nunca puramente teóricas, ou divorciadas da realidade. E, sobretudo, na perspectiva da pessoa e suas famílias.

Pretende-se assim chegar a visões de conjunto, transcendendo as visões parcelares, ou demasiado técnicas, ou demasiado individualizadas.

2.6.2 – OPTIMIZAÇÃO DE RECURSOS E PROPOSTA DE NOVOS MODELOS

A recolha de informação relativa aos recursos disponíveis e a avaliação efectiva (feita por todos os intervenientes) facultará a rentabilização das valências e serviços existentes, em muitos casos subaproveitadas. A avaliação conjunta permitirá dar um cunho positivo a estes procedimentos. Avaliar faz parte de qualquer sistema de actividades e deve ser capaz de suscitar análises construtivas, promotoras de parcerias.

Nesta linha, torna-se muito mais fácil encontrar soluções novas e criar padrões de intervenção capazes de complementar as estruturas já existentes.

Os meios financeiros são essenciais, mas a criatividade, ancorada no real, é talvez a ferramenta mais forte para promover a qualidade de vida das pessoas.

Pensar em conjunto, de posse da informação relativa aos problemas e aos recursos existentes, é abrir caminhos novos.

3 – PARCERIAS

Para a prossecução dos seus objectivos o movimento **Pais-em-Rede** propõe-se estabelecer acordos e parcerias com diversas entidades, directa ou indirectamente, ligadas à incapacidade.

A força e o sucesso do movimento dependem da massa associativa, formada pelos pais e responsáveis pela pessoa com incapacidade.

O contacto e estabelecimento de parcerias com associações de pais e instituições vocacionadas para esta problemática facilitarão o acesso a uma parte do universo dos visados neste projecto.

Os contactos e parcerias com movimentos e associações internacionais congéneres darão a **Pais-em-Rede** uma projecção necessária à sua visibilidade e evolução.

Por outro lado, é necessário envolver a sociedade civil e, para isso, importa estabelecer como parceiros privilegiados as universidades e investigadores especialistas nestas matérias cujo contributo será devidamente divulgado.

3.1 ASSOCIAÇÕES DE PAIS, IPSS DE SERVIÇOS

Pelo facto de **Pais-em-Rede** ser um movimento que não presta serviços na acepção material do termo, é essencial a existência de parcerias com associações de pais, de diversas áreas de incapacidade e de todo o país, procurando recolher informação relevante, e também promover a interacção entre elas. Na mesma linha, as IPSS, prestadoras de serviços nas áreas da educação, reabilitação, formação profissional, saúde e residências, serão parceiros privilegiados para o desenvolvimento do nosso projecto e a optimização de recursos.

Neste momento, existe já uma parceria com “AJUDAS.com” (estrutura *on line*, prestadora de serviços informativos) e com o “BIPP” (Banco de Informações de Pais para Pais).

3.2 UNIVERSIDADES E OUTROS CENTROS DE INVESTIGAÇÃO

Pretende-se fundamentar a prática na teoria e dar corpo à teoria na prática. Estas parcerias vão facultar pesquisas académicas em áreas de diagnósticos, análise de problemas e criação de novos modelos de intervenção. O rigor metodológico e o espírito inovador das ciências estão, pois, presentes na prossecução dos nossos objectivos. Além de assegurarem uma divulgação credível dos resultados junto de outras instituições públicas e privadas.

Existem, neste momento, contactos com o ISCTE, estando já agendados encontros com a Faculdade de Motricidade Humana, a Universidade Católica e o ISPA, com vista a potencializar a elaboração de teses académicas nesta área.

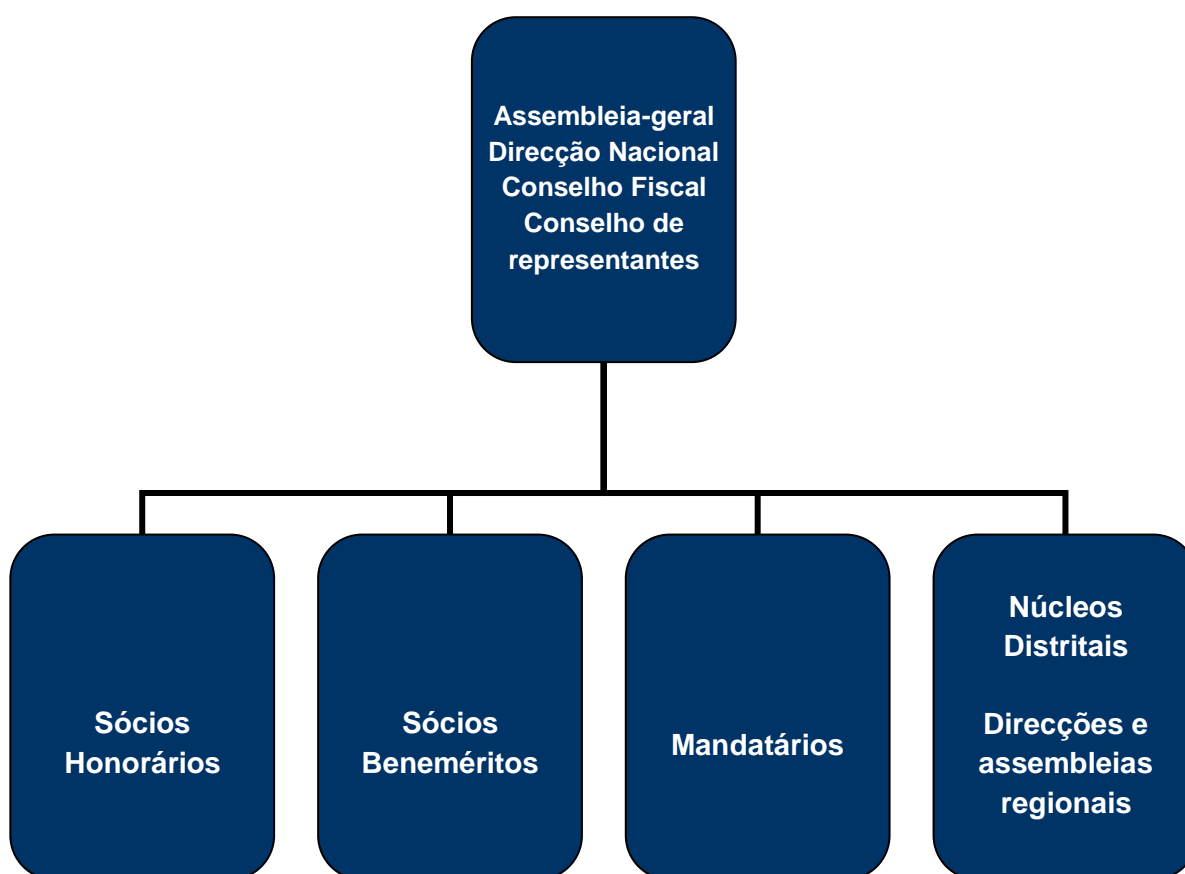
3.3 - EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Pretende-se lançar uma campanha de divulgação junto das Empresas Públicas e Privadas, sob forma de angariação de “patrocinadores”, no âmbito das suas políticas de responsabilidade social e que queiram contribuir para o desenvolvimento do movimento e do seu projecto.

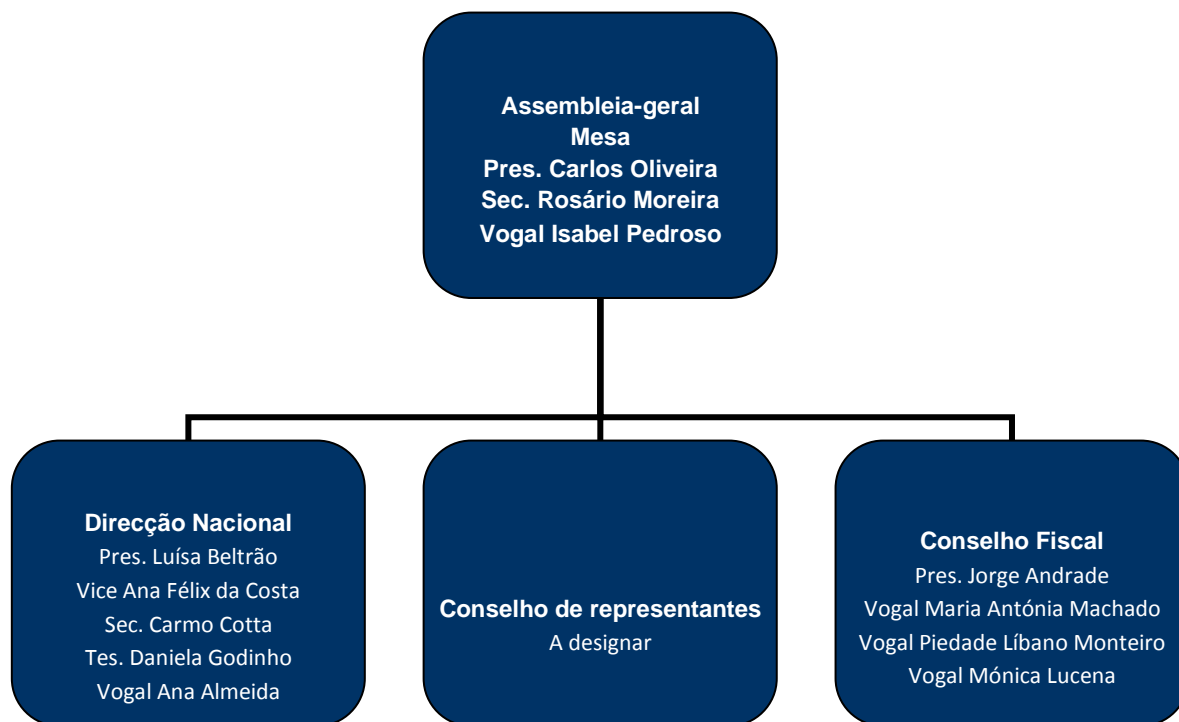
4 – MODELO DE FUNCIONAMENTO

Será elaborado um Regulamento interno para orientar os procedimentos de modo a manter uma união na flexibilidade orgânica.

4.1 – Organograma



4.1.1 Órgãos sociais



4.2 - FLUXOGRAMA



5 - INFRAESTRUTURAS E RECURSOS HUMANOS

No presente, **Pais-em-Rede** dispõe de uma sede provisória, na Rua da Encosta, nº 5, em Oeiras. Estão em curso, junto de duas câmaras, diligências para a aquisição de um espaço definitivo, capaz de reunir as condições adequadas à realização dos seus projectos.

Para efeito da cedência de instalações para os núcleos distritais, os respectivos dirigentes realizarão contactos com entidades locais (Governos Cívicos, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias). A sede nacional funcionará em Lisboa, coordenando os núcleos.

Relativamente ao equipamento necessário, além das concessões, por parte de empresas e/ou particulares, **Pais-em-Rede** dispõe-se a adquirir aquilo que for mais urgente de modo a assegurar o arranque e prossecução dos projectos em curso.

No que toca aos recursos humanos, uma vez que **Pais-em-Rede** não auferir de quotas fixas dos seus associados, não tem fins lucrativos, não é prestador de serviços, na acepção material do termo, vivendo de contribuições, funciona única e exclusivamente através de voluntariado. No entanto, a partir da 2ª fase do projecto, considera-se imprescindível profissionalizar a área administrativa.

Além dos membros dos órgãos directivos, é vital a participação de:

Pais e sócios

Profissionais do ramo de Acção Social/Assistência Social/Técnicos especializados em Reabilitação, no activo ou reformados

Cidadãos abertos à problemática da diferença que possam disponibilizar algum tempo e competências

Alunos: de universidades e institutos ligados a esta área; de Escolas secundárias e profissionais, através de projectos de investigação ou prestação de serviços periódicos

Sublinha-se mais uma vez a importância de cada um no trabalho colectivo e a procedimentação das tarefas que assegurará o rigor de resultados e permitirá aos voluntários saberem o que devem fazer. Só assim **Pais-em-Rede** será um movimento com sucesso, capaz de atingir os objectivos que se propõe.

6 - ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO

Dadas as características deste projecto, não existem ainda elementos suficientes que permitam um orçamento definitivo para os próximos anos. No entanto, tendo em conta o arranque do projecto, fez-se uma previsão orçamental.

ORÇAMENTO PREVISIONAL

	2009	2010	2011
<u>Receitas</u>			
Donativos	10.000,00	20.000,00	25.000,00
Eventos		1.500,00	2.500,00
TOTAL	10.000,00	21.500,00	27.500,00
<u>Despesas</u>			
Investimento			
Equipamento	800,00	600,00	
Fornecim.S.Terc.	1.000,00	1.220,00	1.250,00
Outras despesas			
Desloc. e estadias	7.620,00	11.560,00	23.440,00
Outras	900,00	1.200,00	1.250,00
Ordenados	750,00	4.200,00	4.900,00
Impostos	---	-----	-----
TOTAL	11.070,00	18.780,00	30.840,00
SALDO ANUAL	-1.070,00	2.720,00	-3.340,00
SALDO ANTERIOR	0,00	-1.070,00	1.650,00
SALDO	-1.070,00	1.650,00	- 1.690,00

Para fazer face aos custos nos 3 primeiros anos, contamos com as seguintes receitas:

1 – **Contributo de sócios;**

2 – **Donativos** vários;

3 – Implementação de um **plano de angariação de fundos**, de acordo com os objectivos de sustentabilidade financeira do projecto, que inclui donativos empresariais e eventos para angariação de fundos.

7 - COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Hoje em dia, o que não se vê é como se não existisse.

Vivemos numa época que sobrevaloriza a imagem, pelo que se considerou vital construir uma logomarca que contivesse que exprimisse a identidade de **Pais-em-Rede**.

7.1 - OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

Tudo começou com um pequeno grupo que acredita que para resolver os seus problemas tem que ajudar a resolver os problemas daqueles que também os têm. A esse grupo juntaram-se outros. E ainda outros. Num processo imparável.

Assim nasce o movimento constituído por pessoas que ajudam outras pessoas.

Unidos por uma causa.

Pretende-se transmitir de forma clara a mensagem que veicula **o sentido de conquista e potência obtidos com a união de esforços para atingir uma meta.**

Pais-em-Rede pretende desenvolver-se através de uma rede e é com esse carácter que se constitui. Todo o projecto, tal como foi concebido, está organizado em torno da motivação, do empenhamento, da intercomunicação e da interacção.

Além da coesão e eficiência interna relativa às famílias e seus “filhos excepcionais”, obtidas através do diálogo e entreatura, são objectivos do movimento a função de parceiro social, capaz de defender e promover os interesses dos seus associados, e o trabalho de mudança de mentalidades a nível sociocultural, relativas ao olhar e sentido dado à diferença.

Como estratégias utilizar-se-ão os recursos internos disponíveis e recorrer-se-á aos órgãos de comunicação com a maior frequência possível. É evidente que se o movimento tiver uma representatividade nacional e for fidedigno, a abertura dos canais televisivos ou dos jornais e revistas será maior.

7.2 - PLANO DE COMUNICAÇÃO

O plano de comunicação será elaborado, com a ajuda de empresas especializadas, obedecendo a princípios que o orientam segundo critérios de transparência e pragmatismo:

Preparação	Qualquer intervenção comunicativa deverá ser fundamentada de forma séria
Oportunidade	Cada passo será dado na altura certa, quando estiverem já reunidas as condições para que se realize
Hierarquia	Devem estabelecer-se prioridades, de forma a transmitir aquilo que é mais importante e não aquilo que convém a algumas pessoas. Sentido prático e clareza

A partir do momento em que haja condições, far-se-ão campanhas de sensibilização temáticas, procurando sempre a qualidade humana e técnica necessárias ao seu efeito sobre o público-alvo.

Existe também a intenção de realizar publicações de livros sobre testemunhos de vida e sobre boas práticas.